



PRORURAL+

Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2014-2020

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO BENEFICIÁRIO
MEDIDA 19.2 - ABORDAGEM LEADER
VERSÃO 3.0/MAR 17

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. OBJETO	6
1.2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO	6
1.2.1. Legislação Comunitária	6
1.2.2. Legislação Nacional	7
1.2.3. Legislação Regional	8
1.2.4. Outros Documentos	8
1.3. INTERVENIENTES	9
1.4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO – INTERVENÇÕES - MEDIDA 19.2 - PRORURAL+ ...	9
2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO	10
2.1. APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE APOIO	10
2.1.1. Modalidade de Apresentação	10
2.1.2. Modo de Apresentação	11
2.1.3. Formulário e Documentos Anexos	11
2.1.4. Submissão Eletrónica e Receção de Pedidos de Apoio	12
3. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS POR INTERVENÇÃO	13
3.1. INTERVENÇÃO 6.4. – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades Não Agrícolas	13
3.1.1. Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor para o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração agrícola ...	13
3.1.2. Micro e Pequenas Empresas	14
3.2. INTERVENÇÃO 7.2. – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia	20
3.2.1. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	20
3.2.2. Empresas Municipais	21
3.2.3. Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	22

3.2.4.	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições Legalmente Equiparadas	23
3.3.	INTERVENÇÃO 7.4. Investimento em Serviços Básicos Locais	25
3.3.1.	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	25
3.3.2.	Empresas Municipais	25
3.3.3.	Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	27
3.3.4.	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições Legalmente Equiparadas	28
3.4.	INTERVENÇÃO 7.5. – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas	30
3.4.1.	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	30
3.4.2.	Empresas Municipais	31
3.4.3.	Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	32
3.4.4.	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições Legalmente Equiparadas	33
3.5.	INTERVENÇÃO 7.6. – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental	35
3.5.1.	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	35
3.5.2.	Empresas Municipais	36
3.5.3.	Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	37
3.5.4.	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições Legalmente Equiparadas	38
4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DOS PEDIDOS DE APOIO POR INTERVENÇÃO	40
4.1.	INTERVENÇÃO 6.4. – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	40
4.2.	INTERVENÇÃO 7.2. – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia	45
4.3.	INTERVENÇÃO 7.4. – Investimento em Serviços Básicos Locais	48

4.4. INTERVENÇÃO 7.5. – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas	51
4.5. INTERVENÇÃO 7.6. – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental	54
5. DOCUMENTOS A APRESENTAR POR INTERVENÇÃO E TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO	57
5.1. INTERVENÇÃO 6.4. – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	57
Agricultor ou membro do seu agregado familiar	57
Micro e Pequenas Empresas	58
5.2. INTERVENÇÃO 7.2. – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia	59
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	59
Empresas Municipais	60
Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	61
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições legalmente Equiparadas	62
5.3. INTERVENÇÃO 7.4. – Investimento em Serviços Básicos Locais	63
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	63
Empresas Municipais	64
Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	65
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições legalmente Equiparadas	66
5.4. INTERVENÇÃO 7.5. – Investimento em Infraestruturas de lazer e Turísticas e Informações Turísticas	67
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	67
Empresas Municipais	68
Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	69

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições legalmente Equiparadas	70
5.5. INTERVENÇÃO 7.6. – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental	71
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	71
Empresas Municipais	72
Entidades Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos	73
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Instituições legalmente Equiparadas	74
6. OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS	75
7. PROCESSO DE ANÁLISE	77
8. PROCESSO DE DECISÃO	79
9. TERMO DE ACEITAÇÃO	81
10. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES	82
11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	83
11.1. Controlos	83
11.2. Reduções e Exclusões	83

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTO

A presente Norma visa definir os procedimentos a adotar pelos beneficiários, para a apresentação e receção dos pedidos de apoio (PA), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da RAA – PRORURAL+, MEDIDA 19.2 – ABORDAGEM LEADER.

É definida como Estratégia Local de Desenvolvimento da ADELIAÇOR, para execução da Medida 19.2 do PRORURAL, uma visão assente em PENSAR GLOBAL – AGIR LOCAL, isto é, posicionar o território a nível regional, nacional e internacional, promovendo o seu potencial através de fatores diferenciadores e competitivos e agir no território através de atuações que permitam potenciar os pontos fortes e oportunidades e contrariar os pontos fracos e as ameaças.

A ADELIAÇOR definiu como objetivos estratégicos:

- Economia local de valor acrescentado
- Serviços básicos locais
- Património local potenciador de oportunidades
- Conhecimento e inovação como instrumentos de valor

O presente documento não dispensa a consulta da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

1.2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

1.2.1. Legislação Comunitária

Regulamento (EU) nº1303/2015, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro, que estabelece disposições comuns relativas ao FEDER, FSE, FC, FEADER e ao FEAMP;

Regulamento Delegado (EU) N.º 480/2014 da Comissão de 3 de março, que completa o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro;

Regulamento de Execução (EU) N.º 215/2014 da Comissão, de 7 de março, que define regras de execução do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro;

Regulamento (UE) nº 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADR;

Regulamento (UE) n.º 807/2014, da Comissão, de 17 de julho, que complementa o Regulamento (EU) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro;

Regulamento (UE) n.º 808/2014, da Comissão, de 17 de julho, que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro;

Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, relativo ao financiamento, à gestão e ao acompanhamento da Política Agrícola Comum (PAC);

Regulamento de Execução (EU) N.º 809/2014 da Comissão, de 17 de julho, que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

1.2.2. Legislação Nacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro, que fixa as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para aplicação dos FEEL no período 2014/2020;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, que fixa as bases do Acordo de Parceria;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de junho, que estabelece os níveis de governação dos Fundos Comunitários.

Decreto-Lei nº137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEL, incluindo o FEADER;

Decreto-Lei nº159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos PO e dos PDR financiados pelos FEEL, para o período de programação 2014-2020;

Decreto-Lei nº215/2015, de 06 de outubro, que altera o Decreto-Lei nº159/2014, de 27 de outubro;

Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, apresentado por Portugal.

1.2.3. Legislação Regional

Resolução do Conselho do Governo n.º 44/2013, de 13 de maio, que estabelece os princípios de natureza política para o novo ciclo de programação comunitária 2014-2020;

Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015, de 27 de fevereiro, que designa e estabelece as competências da Autoridade de Gestão do PRORURAL+;

Portaria nº 72/2015 de 12 de Junho, que regulamenta o regime de aplicação das submedidas 19.1 – Apoio preparatório e 19.4 – Apoio aos custos operacionais e de animação, da medida 19 – Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) LEADER, bem como as regras para a seleção e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local, Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL +);

Portaria n.º 97/2015, de 20 de julho, que regulamenta a aplicação da Submedida 19.2 – Apoio à realização das operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, integrada na medida 19 – Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) LEADER, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL +).

Portaria nº10/2016, de 12 de fevereiro, que regulamenta a aplicação da Submedida 19.2 – Apoio à realização das operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, integrada na medida 19 – Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) LEADER, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL +).

1.2.4. Outros Documentos

Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores relativo ao período de programação 2014-2020 (PRORURAL+);

Decisão (CE) nº 850/2015, de 13 de fevereiro, da Comissão Europeia, que aprova o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores relativo ao período de programação 2014-2020 (PRORURAL+);

Estratégia de Desenvolvimento Local da ADELIAÇOR;

Avisos de Abertura dos Concursos.

1.3. INTERVENIENTES

- Direção Regional do Desenvolvimento Rural, enquanto Autoridade de Gestão do PRORURAL+ (AG)
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), enquanto Autoridade de Pagamento do PRORURAL+
- Organismo Intermédio de Gestão - Grupo de Ação Local/ADELIAÇOR, na sua zona de intervenção que abrange as Ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, com competências delegadas pela Autoridade de Gestão.

1.4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO – INTERVENÇÕES DA MEDIDA 19.2

São suscetíveis de apoio, no âmbito da Medida 19.2, e com base na estratégia de desenvolvimento do PRORURAL+, promovida pelas comunidades locais, os investimentos que se enquadrem nas seguintes Intervenções:

- **6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas**
- **7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia de Energia**
- **7.4 – Investimentos em Serviços Básicos Locais**
- **7.5 – Investimentos em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas**
- **7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental**

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO

2.1. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE APOIO

2.1.1. Modalidade de Apresentação

A apresentação dos pedidos de apoio é efetuada na sequência de abertura de concurso, de acordo com o plano anual divulgado na página eletrónica da ADELIACOR, em www.adeliacor.org, no portal do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt> e no portal do Portugal 2020, em www.portugal2020.pt, de acordo com a modalidade definida no regulamento específico e no Aviso de Abertura que enquadra a operação a candidatar.

A modalidade de concurso, caracteriza-se pela possibilidade de apresentação de pedidos de apoio num intervalo de tempo pré-definido e para um montante de dotação de Fundo previamente determinado, enquadráveis nas tipologias de operações, de acordo com as condições divulgadas.

Os pedidos de apoio serão hierarquizadas por ordem decrescente, de acordo com a pontuação decorrente da avaliação de mérito, para efeitos de seleção dentro da dotação financeira a conceder no âmbito do concurso e por intervenção.

A abertura do concurso à apresentação de pedidos de apoio contém, obrigatoriamente:

1. As prioridades e os objetivos visados;
2. A área geográfica abrangida;
3. A natureza dos beneficiários;
4. A tipologia de operações a apoiar;
5. As regras e os limites à elegibilidade dos investimentos ou da despesa;
6. A dotação orçamental disponível para o concurso;
7. Número máximo de pedidos de apoio admitidos por beneficiário;
8. Despesas elegíveis e não elegíveis;
9. Forma, taxa e limites dos apoios;
10. O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
11. Os Critérios de Seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderações, bem como a pontuação mínima para seleção;
12. Documentos a apresentar com o pedido de apoio e Pareceres de entidades externas e das entidades que intervêm no processo de decisão;
13. Os contatos onde podem ser obtidas informações adicionais;
14. Meios de divulgação;
15. Processo de divulgação dos resultados.

2.1.2. Modo de Apresentação

Os pedidos de apoio deverão ser apresentados, por via eletrónica, no portal **GestPDR**.

Para a sua formalização, é obrigatório o preenchimento completo do formulário de candidatura disponível, acompanhado pelos documentos obrigatórios adiante referidos no ponto 2.1.3. Formulário e Documentos Anexos.

A apresentação de pedidos de apoio no portal **GestPDR** pressupõe previamente:

- **Identificação do Beneficiário (IB)** – os beneficiários deverão formalizar a sua identificação perante o IFAP, autoridade de pagamento, para poderem receber apoios financeiros. Este processo é realizado pela equipa técnica da ADELIAÇOR, mediante a entrega dos documentos necessários, consoante o tipo de beneficiário.
- Registo no portal informático **GestPDR** para apresentação e submissão de pedidos de apoio.

Existem dois tipos de formulários:

- Formulário para a intervenção 6.4
- Formulário para as intervenções 7.2, 7.4, 7.5 e 7.6

Sem prejuízo dos documentos que devem acompanhar o Pedido de Apoio, elencados nos capítulos que se seguem, os Avisos de Abertura para apresentação de pedidos de apoio poderão ainda identificar outros documentos a anexar.

2.1.3. Formulário e Documentos Anexos

Aquando da submissão eletrónica do formulário do pedido de apoio, deverão ser anexados, no sistema, todos os documentos que integram e comprovam as informações prestadas, nomeadamente:

- Documentos necessários ao cumprimento das condições de admissibilidade do beneficiário
- Documentos necessários ao cumprimento das condições gerais de elegibilidade do pedido de apoio
- O preenchimento do formulário deve contemplar informação justificativa do contributo da candidatura para cada um dos critérios de seleção da intervenção a que se candidata, suportada, sempre que possível, pela documentação necessária, tendo em conta os respetivos critérios de seleção, que serão divulgados nos Avisos de Abertura.

2.1.4. Submissão Eletrónica e Receção de Pedidos de Apoio

Aquando da submissão do pedido de apoio no sistema informático, o beneficiário recebe uma mensagem eletrónica de confirmação, no endereço de e-mail indicado na sua Identificação de Beneficiário (IB) do IFAP.

Para além do preenchimento do formulário do pedido de apoio, devem ser anexados todos os documentos imprescindíveis à correta análise do pedido de apoio.

Cada anexo não pode ultrapassar os 4 megas, pelo que, documentos de maior dimensão devem ser subdivididos. Todos os documentos devem estar identificados.

Os pedidos de apoio submetidos apenas podem ser substituídos durante o período do concurso.

3. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS POR INTERVENÇÃO

3.1. INTERVENÇÃO 6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas

O cumprimento das condições de admissibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

3.1.1. Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor para o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração agrícola

- a) Estarem legalmente constituídos, quando se trate de pessoas coletivas. Estas devem ter sede na exploração agrícola e os sócios gerentes, detentores da maioria do capital, devem preencher as condições exigidas para os beneficiários em nome individual;
- b) Possuírem capacidade profissional adequada à atividade a desenvolver, atestada no mínimo, pela escolaridade obrigatória;
- c) Serem titulares de uma exploração agrícola ou, caso sejam membros do agregado familiar do titular, estarem legalmente autorizados a utilizar os meios de produção da exploração agrícola durante um período de cinco anos a contar da data da liquidação do último pedido de pagamento;
- d) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de Aceitação;
- e) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- f) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- g) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- h) Demonstrarem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, apresentando um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativos) pré e pós projeto, igual ou superior a 15% e/ou uma cobertura do ativo não corrente por

capitais permanentes (CA) pré e pós projeto igual ou superior a 100%, devendo os indicadores pré projeto ter por base o exercício anterior ao ano da apresentação do pedido de apoio;

- i) O disposto no ponto anterior não se aplica na situação pré projeto, aos beneficiários que, não têm contabilidade organizada e aos que, até à apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade, caso em que se considera que possuem uma situação financeira equilibrada, desde que suportem com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento. Esta condição é verificada no último pedido de pagamento;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.1.2. Micro e Pequenas Empresas

Este enquadramento implica a determinação das condições relativas à qualidade de PME, nos termos da Recomendação 2003/361/CE da Comissão, tal como publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 124, de 20 de Maio de 2003, p. 36.

A definição contempla as relações possíveis com outras empresas, as quais, sobretudo se geram ligações financeiras significativas podem implicar que uma empresa não seja uma PME, mesmo que à partida, apenas, pelo seu balanço e contas o parecesse.

Para obter uma imagem nítida da situação económica de uma empresa e para excluir as que não sejam verdadeiras PME, as relações estabelecidas dividem as empresas em três categorias.

Em geral, as PME são autónomas, uma vez que ou são completamente independentes ou têm uma ou mais parcerias minoritárias (cada uma inferior a 25%) com outras empresas. Se essa participação não exceder os 50%, considera-se que existe uma relação entre empresas parceiras. Acima daquele limite, as empresas são associadas.

Assim, ao calcular os dados relativos à empresa, em função da categoria onde ela se enquadre, poderá ter de apresentar dados de uma outra ou mais empresas, para verificar se observa os limiares financeiros e dos efetivos impostos pela definição.

Para verificar a qualidade, tem de coligir os dados das últimas contas anuais aprovadas da empresa de acordo com os três critérios seguintes: Efetivos; Volume de negócios anual; Balanço anual.

Para calcular estes dados individuais, será determinado se a empresa é autónoma, parceira ou associada.

É empresa autónoma se:

- For totalmente independente, ou seja, se não tiver participações em outras empresas e nenhuma outra empresa tiver uma participação na sua;
- Detiver menos de 25% do capital ou dos direitos de voto (consoante a percentagem mais elevada) em outra ou outras empresas e/ou agentes externos não detiverem mais de 25% do capital ou dos direitos de voto (consoante a percentagem mais elevada) na empresa.

Neste caso os cálculos são efetuados apenas com os dados das últimas contas anuais aprovadas da empresa.

Caso existam investidores associados entre si, as respetivas percentagens serão consideradas em acumulado para efeitos do limite dos 25%.

A empresa poderá continuar a ser classificada como autónoma, mesmo que o referido limiar de 25% seja atingido ou ultrapassado, até aos 50% individual ou associados, quando o for por qualquer um dos seguintes investidores:

- Sociedades públicas de participação, sociedades de capital de risco e investidores providenciais (business angels);
- Universidades ou centros de investigação sem fins lucrativos;

- Investidores institucionais, incluindo fundos de desenvolvimento regional;
- Autoridades locais e autónomas com um orçamento anual inferior a 10 milhões de euros e com menos de 5 000 habitantes.

É empresa parceira se:

- Detiver uma participação igual ou superior a 25% do capital ou dos direitos de voto de outra empresa e/ou outra empresa detiver uma participação igual ou superior a 25% na sua;
- Não estiver associada a outra empresa. Daqui decorre, entre outros aspetos, que os seus direitos de voto na outra empresa (ou vice-versa) não podem exceder 50%.

Neste caso, aos cálculos dos dados da empresa, deve ser considerada a informação financeira e os efetivos das outras empresas parceiras situadas imediatamente a montante ou jusante, de modo proporcional à percentagem do capital ou dos direitos de voto — a mais alta das duas — que detenha.

Salvo as condições e os organismos referidos no último parágrafo de empresa autónoma, se 25% ou mais do seu capital ou dos seus direitos de voto forem controlados, direta ou indiretamente, por um ou mais organismos públicos, a título individual ou conjuntamente, a empresa não poderá ser considerada PME.

É empresa associada, quando duas ou mais empresas estabelecem qualquer uma das relações seguintes:

- Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de controlo de outra empresa;
- Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato celebrado com esta ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- Uma empresa controla sozinha, por força de um acordo, a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra.

Um exemplo típico de uma empresa associada é a filial a 100%, outro é quando está obrigada por lei a elaborar contas consolidadas ou a ser retomada por consolidação nas contas de outra empresa.

Neste caso os dados da empresa associada têm de ser acrescentados a 100% aos dados da empresa, de modo a determinar se cumpre os limiares.

Se a empresa não apresenta contas consolidadas e a empresa de que é associada está, por seu turno, associada em cadeia a outras empresas, tem de se acrescentar aos seus dados 100% dos dados de todas estas empresas associadas.

Os efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas são os seguintes:

- Média empresa (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.
- Pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.
- Microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

Deverá ser preenchido com informação integral e verdadeira, o respetivo quadro no formulário de projeto de investimento, com respeito às empresas participadas e participantes, e aferida a categoria da empresa nos termos da mencionada recomendação, devendo o beneficiário manter os elementos fiscais de suporte disponíveis para consulta das entidades intervenientes.

A prestação de informações incompletas ou falsas constitui motivo suficiente para a reapreciação, rejeição ou cancelamento do apoio em qualquer fase da execução da operação com as respetivas consequências financeiras.

Não podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção as empresas de capitais públicos e os profissionais da pesca.

O cumprimento das condições de elegibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

- a) Deverá ser apresentado o certificado de PME emitido pelo IAPMEI que comprova que a empresa tem a sua categoria certificada.
- b) Estarem legalmente constituídas;
- c) Possuírem capacidade profissional adequada à atividade a desenvolver, atestada no mínimo, pela escolaridade obrigatória;
- d) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- e) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- f) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- g) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- h) Demonstrarem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, apresentando um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativos) pré e pós projeto, igual ou superior a 15% e/ou uma cobertura do ativo não corrente por capitais permanentes (CA) pré e pós projeto igual ou superior a 100%, devendo os indicadores pré projeto ter por base o exercício anterior ao ano da apresentação do pedido de apoio;
- i) O disposto no ponto anterior não se aplica na situação pré projeto, aos beneficiários que não têm contabilidade organizada e aos que, até à apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade, caso em que se considera que possuem uma situação financeira equilibrada, desde que suportem com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento. Esta condição é verificada no último pedido de pagamento;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.2. INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia de Energia

O cumprimento das condições de admissibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

3.2.1. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- c) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- f) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- g) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- h) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- i) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;

3.2.2. Empresas Municipais

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Possuírem uma situação económica e financeira equilibrada com uma autonomia financeira (AF), pré projeto de 15%, devendo o indicador pré projeto ter por base o exercício anterior ao do ano da apresentação do pedido de apoio;
- g) Os indicadores referidos no ponto anterior podem ser comprovados com informação mais recente, desde que se reporte a uma data anterior à da apresentação do pedido de apoio, devendo para o efeito serem apresentados balanços e demonstrações de resultados, validados pelo técnico oficial de contas;
- h) As disposições anteriores sobre a autonomia financeira (AF) não se aplicam aos candidatos que, até à data da apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade e desde que se comprometam a suportar com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento;
- i) Sempre que a regra do cálculo da autonomia financeira (AF) determine a necessidade de proceder a aumentos de capital próprio superiores ao valor total do investimento a realizar, considera-se cumprido o critério de elegibilidade se a participação do beneficiário no investimento for financiada apenas com capital próprio;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.2.3. Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;

3.2.4. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou instituição legalmente equiparada

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.3. INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais

O cumprimento das condições de admissibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

3.3.1. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- c) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- f) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- g) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P.;
- h) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- i) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.3.2. Empresas Municipais

- a) Estarem legalmente constituídas;

- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Possuírem uma situação económica e financeira equilibrada com uma autonomia financeira (AF), pré projeto de 15%, devendo o indicador pré projeto ter por base o exercício anterior ao do ano da apresentação do pedido de apoio;
- g) Os indicadores referidos no ponto anterior podem ser comprovados com informação mais recente, desde que se reporte a uma data anterior á da apresentação do pedido de apoio, devendo para o efeito serem apresentados balanços e demonstrações de resultados, validados pelo técnico oficial de contas;
- h) As disposições anteriores sobre a autonomia financeira (AF) não se aplicam aos candidatos que, até à data da apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade e desde que se comprometam a suportar com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento;
- i) Sempre que a regra do cálculo da autonomia financeira (AF) determine a necessidade de proceder a aumentos de capital próprio superiores ao valor total do investimento a realizar, considera-se cumprido o critério de elegibilidade se a participação do beneficiário no investimento for financiada apenas com capital próprio;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;

- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.3.3. Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;

- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.3.4. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou instituição legalmente equiparada

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;

- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.4. INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas

O cumprimento das condições de admissibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

3.4.1. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- c) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- f) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- g) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- h) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- i) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.4.2. Empresas Municipais

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Possuírem uma situação económica e financeira equilibrada com uma autonomia financeira (AF), pré projeto de 15%, devendo o indicador pré projeto ter por base o exercício anterior ao do ano da apresentação do pedido de apoio;
- g) Os indicadores referidos no ponto anterior podem ser comprovados com informação mais recente, desde que se reporte a uma data anterior à da apresentação do pedido de apoio, devendo para o efeito serem apresentados balanços e demonstrações de resultados, validados pelo técnico oficial de contas;
- h) As disposições anteriores sobre a autonomia financeira (AF) não se aplicam aos candidatos que, até à data da apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade e desde que se comprometam a suportar com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento;
- i) Sempre que a regra do cálculo da autonomia financeira (AF) determine a necessidade de proceder a aumentos de capital próprio superiores ao valor total do investimento a realizar, considera-se cumprido o critério de elegibilidade se a participação do beneficiário no investimento for financiada apenas com capital próprio;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.4.3. Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.4.4. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou instituição legalmente equiparada

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.5. INTERVENÇÃO 7.6 – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental

O cumprimento das condições de admissibilidade dos beneficiários, é exigido nos seguintes termos:

3.5.1. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- c) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- f) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- g) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- h) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- i) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.5.2. Empresas Municipais

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Possuírem uma situação económica e financeira equilibrada com uma autonomia financeira (AF), pré projeto de 15%, devendo o indicador pré projeto ter por base o exercício anterior ao do ano da apresentação do pedido de apoio;
- g) Os indicadores referidos no ponto anterior podem ser comprovados com informação mais recente, desde que se reporte a uma data anterior à da apresentação do pedido de apoio, devendo para o efeito serem apresentados balanços e demonstrações de resultados, validados pelo técnico oficial de contas;
- h) As disposições anteriores sobre a autonomia financeira (AF) não se aplicam aos candidatos que, até à data da apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer atividade e desde que se comprometam a suportar com capitais próprios, pelo menos 15% do custo total do investimento;
- i) Sempre que a regra do cálculo da autonomia financeira (AF) determine a necessidade de proceder a aumentos de capital próprio superiores ao valor total do investimento a realizar, considera-se cumprido o critério de elegibilidade se a comparticipação do beneficiário no investimento for financiada apenas com capital próprio;
- j) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- k) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- l) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- m) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- n) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.5.3. Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P.;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

3.5.4. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou instituição legalmente equiparada:

- a) Estarem legalmente constituídas;
- b) Terem aberto no Serviço de Finanças a atividade económica objeto do pedido de apoio ou comprometerem-se à sua abertura até à data de submissão do Termo de aceitação;
- c) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade do estabelecimento;
- d) Comprovarem que têm a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, ou concederem autorização de acesso à respetiva informação pela autoridade de gestão;
- e) Possuírem, ou poderem assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- f) Garantirem uma situação económica ou financeira equilibrada, verificada através do resultado da atividade, nomeadamente as contas de gerência dos últimos três anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- g) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor, até perfazer cinco anos contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;

- h) Comprometerem-se a cumprir a programação temporal, física e financeira da operação;
- i) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA, ou ter constituído garantia a favor do IFAP, I.P;
- j) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
- k) Não terem apresentado o mesmo pedido de apoio, no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

4. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DOS PEDIDOS DE APOIO POR INTERVENÇÃO

4.1. INTERVENÇÃO 6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- a) Estarem previstos na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- b) Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- c) Apresentarem um investimento total igual ou superior a € 2.500,00 e igual ou inferior a:
 - € 150.000,00, no caso da não criação de postos de trabalho
 - € 200.000,00, no caso da criação de um ou mais postos de trabalho

São despesas elegíveis:

- Construção e melhoramento de edifícios e outras construções à exceção dos projetos ligados ao turismo rural em que só são elegíveis obras de reconstrução e beneficiação
- Equipamento produtivo
- Equipamento não produtivo
- Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de €35.000,00. Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares. No entanto, pode ser considerada elegível a aquisição de, até 3 viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares, desde que devidamente fundamentado em necessidades de mercado e digam respeito a operações com carácter inovador, e desde que imprescindível à implementação da atividade proposta
- Equipamento administrativo
- Ferramentas e utensílios (desde que não seja considerado material de desgaste rápido)
- Equipamentos informáticos, hardware e software
- Equipamento áudio e visual
- Material didático (desde que não seja considerado material de desgaste rápido)
- Outros equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta

- As despesas com a criação de imagens de marca, elementos de design e produção de meios de divulgação e comunicação estão limitadas a 20% do investimento total, até ao limite de €7.500,00
- As despesas com a promoção das atividades apoiadas, estão limitadas a 20% do investimento total, até ao limite de €15.000,00
- A constituição da empresa e respetivos registos legais, tem um limite de 5% do investimento total
- A produção de sinalética está limitada a 20% do investimento total
- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa per si não pode ultrapassar €3.000,00
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção e divulgação de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados até €7.500,00
- Aquisição de sistemas de energia para consumo próprio, no âmbito do investimento, utilizando fontes renováveis de energia
- Aquisição de serviços de sistemas de certificação da qualidade, até €7.500,00
- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio

Não são despesas elegíveis:

- Aquisição de imóveis
- Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
- Constituição de garantias
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
- Bens em estado de uso
- Juros da dívida
- Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
- Consumíveis

d) Enquadrarem-se nos seguintes CAE's, consoante a tipologia de beneficiário:

Agricultor ou membro do agregado familiar do agricultor nas explorações agrícolas:

Empreendimentos turísticos:

- 5511 - Estabelecimentos hoteleiros com restaurante
- 5512 – Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
- 5520 – Residências para férias e outros alojamentos de curta duração
- 5530 - Parques de campismo e caravanismo

Serviços de recreação e lazer:

- 93293 - Organização de atividades de animação turística
- 91042 - Atividades dos parques e reservas naturais
- 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

Outras CAE a definir pelos GAL em sede de avisos de abertura dos concursos, com exceção das CAE 031 e 032, nomeadamente:

- 10 - Indústrias alimentares
- 11 – Indústria de bebidas
- 13- Fabricação e Têxteis
- 14- Indústria de vestuário
- 15 – Indústria do couro e dos produtos do couro
- 16- Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras e cestaria e espartaria
- 017 – Caça, repovoamento cinegético e atividades dos serviços relacionados
- 17 – Fabricação de pasta de papel, cartão e seus artigos
- 471 – Comercio a retalho em estabelecimento não especializado
- 472 - Comercio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimento especializado
- 477 - Comercio a retalho de outros produtos, em estabelecimento especializado
- 478 - Comercio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda
- 479 - Comercio a retalho não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras e unidades móveis de venda
- 56 – Restauração e similares
- 813 - Atividades de plantação e manutenção de Jardins
- 82990 – Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas, n. e.

Micro e Pequenas Empresas:

Todas as atividades económicas, exceto as que inserem nas CAE 1020, 031, 032 e 92000

Na transformação de produtos agrícolas do anexo I do Tratado que institui a Comunidade Europeia, só são elegíveis as seguintes CAE:

- 10110 – Abate de gado (produção de carne)
- 10120 – Abate de Aves
- 10130 – Fabricação de produtos à base de carne
- 10310 – Preparação e conservação e batatas
- 10320 – Fabricação de sumos de fruta e produtos hortícolas (apenas a 1ª transformação de polpas ou polmes, concentrados e sumos naturais obtidos diretamente da fruta e produtos hortícolas ou transformações ulteriores quando integradas na 1ª transformação)
- 10391 – Congelação de frutos e produtos hortícolas
- 10392 – Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas
- 10393 – Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada
- 10394 – Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis
- 10395 – Preparação e conservação de frutas e produtos hortícolas por outros processos
- 10510 – Indústrias do leite e derivados
- 10810 – Indústria de açúcar
- 10822 – Fabricação de produtos de confeitaria (apenas a 1ª transformação de frutos em frutos confinados caldeados ou cristalizados ou resultantes de transformações ulteriores quando integradas na 1ª transformação)
- 10840 – Fabricação de condimentos e temperos (apenas vinagres de origem vínica quando integrados com a 1ª transformação)
- 10893 – Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e. (só o tratamento, liofilização e conservação de ovos e ovoprodutos)
- 11021 – Produção de vinhos comuns e licorosos
- 11022 – Produção de vinhos espumantes e espumosos
- 11030 – Fabricação de cidra e de outras bebidas fermentadas de frutos
- 11040 – Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas

Empreendimentos turísticos:

- 5511 - Estabelecimentos hoteleiros com restaurante
- 5512 – Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante

- 5520 – Residências para férias e outros alojamentos de curta duração
- 5530 - Parques de campismo e caravanismo

Serviços de recreação e lazer:

- 93293 - Organização de atividades de animação turística
- 91042 - Atividades dos parques e reservas naturais
- 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

- e) Produzirem bens e serviços transacionáveis, de natureza não agrícola;
- f) Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;
- g) Disporem dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
- h) Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de entidades fornecedoras, para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- i) Demonstrarem sustentabilidade e viabilidade económica e financeira, sendo a mesma aferida da seguinte forma:
 - Pelo valor atualizado líquido, tendo a atualização como referência a taxa de financiamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data da apresentação do pedido de apoio;
 - Seja financeiramente viável e sustentável, apresentando um indicador de Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) de valor igual ou superior à taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor à data de apresentação do projeto de investimento, acrescido de um spread de 2%;

4.2. INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia de Energia

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- Estarem previstos na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- Apresentarem um investimento total igual ou superior a €2.500,00 e igual ou inferior a:
 - € 300.000,00, no caso das Câmaras Municipais e Empresas Municipais;
 - € 100.000,00, no caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos

São despesas elegíveis:

- Construção e melhoramento de edifícios e outras construções
- Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de €35.000,00. Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares
- Equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta
- Equipamentos para tratamento de efluentes e proteção animal
- Equipamentos informáticos, hardware e software
- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar os €3.000,00
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados, estão limitados a 20% do investimento total e até €7.500,00
- Aquisição de sistemas de energias renováveis, para consumo próprio, no âmbito do investimento
- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio

Não são despesas elegíveis:

- Aquisição de imóveis
 - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
 - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
 - Constituição de garantias
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
 - Bens em estado de uso
 - Juros da dívida
 - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
 - Consumíveis
- Enquadrarem-se nos seguintes CAE's:
- 871 – Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento
 - 86906 – Outras atividades de saúde humana
 - 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
 - 88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
 - 87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
 - 88102 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
 - 879 – Outras atividades de apoio social com alojamento
 - 889 – Outras atividades de apoio social sem alojamento
- Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;
- Dispor dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
- Demonstrarem o cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre Contratação Pública, quando aplicável, para os procedimentos já concluídos ou em

curso de realização e declararem o compromisso do seu cumprimento para os que vierem a realizar. Devem ser consultadas no mínimo três entidades, mesmo quando o tipo de entidade ou do procedimento possibilitar a consulta apenas a uma entidade;

- Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de entidades fornecedoras, para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- Demonstrarem sustentabilidade económica e financeira;

4.3. INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- Estarem previstos na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- Apresentarem um investimento total igual ou superior a €2.500,00 e igual ou inferior a:
 - € 300.000,00, no caso das Câmaras Municipais e Empresas Municipais;
 - € 100.000,00, no caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

São despesas elegíveis:

- Construção e melhoramento de edifícios e outras construções
- Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de €35.000,00. No âmbito de pedidos de apoio de cariz marcadamente social é elegível a aquisição de viaturas adaptadas, sendo o custo máximo elegível de €45.000,00. Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares
- Equipamento produtivo
- Equipamento não produtivo
- Equipamento administrativo
- Máquinas e equipamentos diretamente ligados à atividade a desenvolver
- Equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta
- Equipamentos para tratamento de efluentes e proteção animal
- Equipamentos informáticos, hardware e software
- Equipamento áudio e visual
- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar os €3.000,00
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados, limitados a 20% do investimento total e até €7.500,00

- Aquisição de sistemas de energias renováveis, para consumo próprio, no âmbito do investimento
- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio

Não são despesas elegíveis:

- Aquisição de imóveis
 - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
 - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
 - Constituição de garantias
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
 - Bens em estado de uso
 - Juros da dívida
 - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
 - Consumíveis
- Enquadrarem-se nos seguintes CAE's:
- 871 – Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento
 - 86906 – Outras atividades de saúde humana
 - 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
 - 88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
 - 87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
 - 88102 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
 - 879 – Outras atividades de apoio social com alojamento
 - 889 – Outras atividades de apoio social sem alojamento
- Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua

apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;

- Disponham dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
- Demonstrem o cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre Contratação Pública, quando aplicável, para os procedimentos já concluídos ou em curso de realização e declarem o compromisso do seu cumprimento para os que vierem a realizar. Devem ser consultadas no mínimo três entidades, mesmo quando o tipo de entidade ou do procedimento possibilitar a consulta apenas a uma entidade;
- Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de entidades fornecedoras, para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- Demonstrem sustentabilidade económica e financeira;

4.4. INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- Estarem previstos na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- Apresentarem um investimento total igual ou superior a €2.500,00 e igual ou inferior a:
 - € 300.000,00, no caso das Câmaras Municipais e Empresas Municipais;
 - € 100.000,00, no caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

São despesas elegíveis:

- Construção e beneficiação de zonas de lazer
- Construção e melhoramento de edifícios e outras construções
- Recuperação e beneficiação de trilhos
- Produção de sinalética, limitada a 20% do investimento total
- Aquisição de viaturas, quando justificadas pela natureza da operação, sendo o custo máximo elegível de €35.000,00. Não é elegível a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros de 5 lugares
- Equipamento produtivo
- Equipamento não produtivo
- Equipamento administrativo
- Material didático
- Equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta
- Equipamentos informáticos, hardware e software
- Equipamento áudio e visual
- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar os €3.000,00 do montante elegível
- Aquisição de serviços de animação cultural e turística e alugueres, limitada a 15% do investimento total, e até ao limite de €7.500,00

- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados, limitados a 20% do investimento total e até €7.500,00
- Aquisição de sistemas de energias renováveis, para consumo próprio, no âmbito do investimento
- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio

Não são despesas elegíveis:

- Aquisição de imóveis
- Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
- Constituição de garantias
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
- Bens em estado de uso
- Juros da dívida
- Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
- Consumíveis

- Enquadrarem-se nos seguintes CAE's:
 - 900 – Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas literárias
 - 910 – Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
 - 931 – Atividades desportivas
 - 932 – Atividades de diversão e recreativas
 - 9499 – Outras atividades de organizações associativas
- Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;

- Disponham dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
- Demonstrem o cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre Contratação Pública, quando aplicável, para os procedimentos já concluídos ou em curso de realização e declarem o compromisso do seu cumprimento para os que vierem a realizar. Devem ser consultadas no mínimo três entidades, mesmo quando o tipo de entidade ou do procedimento possibilitar a consulta apenas a uma entidade;
- Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de entidades fornecedoras, para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- Demonstrem sustentabilidade económica e financeira;

4.5. INTERVENÇÃO 7.6 – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental

Podem beneficiar dos apoios previstos nesta intervenção, os pedidos que reúnam as seguintes condições:

- Estarem previstas na intervenção e na tipologia de operações a que se candidatam;
- Terem início após a data de apresentação do pedido de apoio;
- Apresentarem um investimento total igual ou superior a €2.500,00 e igual ou inferior a:
 - € 300.000,00, no caso das Câmaras Municipais e Empresas Municipais;
 - € 100.000,00, no caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

São despesas elegíveis:

- Construção, recuperação e beneficiação do património arquitetónico tradicional rural e seu apetrechamento com equipamentos dedicados e exclusivos para este fim
- Construção de infra estruturas de pequena escala, de suporte às atividades relacionadas com a conservação, recuperação e valorização do património cultural
- Restauro de equipamento antigo diretamente relacionado com a operação
- Aquisição de vestuário por filarmónicas, grupos folclóricos, cantares tradicionais
- Aquisição de instrumentos musicais por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais
- Conceção e produção de material documental de suporte à divulgação do património alvo de intervenção, até ao limite de €50.000,00
- Trabalhos de pesquisa, inventariação, recuperação, organização e/ou exposição de práticas e tradições culturais
- Máquinas e equipamentos imprescindíveis à implementação da operação proposta
- Despesas com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção de licenças para construção e para o exercício da atividade, até ao limite de 5% do investimento total elegível, sendo que cada despesa *per si* não pode ultrapassar os €3.000,00

- Despesas associadas a outros investimentos imateriais com a produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços disponibilizados, limitados a 20% do investimento total e até €7.500,00
- Aquisição de serviços e alugueres de carácter geral
- Aquisição de sistemas de energias renováveis, para consumo próprio, no âmbito do investimento
- Aquisição efetuada por meio de locação financeira, desde que seja exercida a opção de compra e a duração deste contrato seja compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio

Não são despesas elegíveis:

- Aquisição de imóveis
 - Trabalhos a mais de empreitadas de obras e adicionais aos contratos de fornecimento, erros e omissões
 - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações
 - Constituição de garantias
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
 - Bens em estado de uso
 - Juros da dívida
 - Margem de locação, juros, custos de refinanciamento de juros, despesas gerais e prémios de seguro
 - Consumíveis
- CAE's não aplicável;
 - Cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias ao arranque da operação. Estes podem ser comprovados aquando da submissão do termo de aceitação ou, se a sua apresentação não condicionar a submissão do termo, a prova da sua obtenção pode ser apresentada até à entrega do primeiro pedido de pagamento;
 - Disporem dos pareceres exigíveis de acordo com a tipologia do pedido de apoio, quando aplicável;
 - Demonstrarem o cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre Contratação Pública, quando aplicável, para os procedimentos já concluídos ou em curso de realização e declararem o compromisso do seu cumprimento para os que vierem a realizar. Devem ser consultadas no mínimo três entidades, mesmo quando

o tipo de entidade ou do procedimento possibilitar a consulta apenas a uma entidade;

- Apresentarem no mínimo, 3 orçamentos ou proformas, de entidades fornecedoras, para os investimentos propostos, com discriminação dos bens e/ou serviços, áreas, quantidades, preços unitários e IVA aplicável;
- Demonstrarem sustentabilidade económica e financeira.

5. DOCUMENTOS A APRESENTAR - INTERVENÇÃO E TIPO DE BENEFICIÁRIO

5.1. 6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento Atividades não Agrícolas

AGRICULTOR OU MEMBRO DO AGREGADO

Cartão Cidadão e NIF beneficiário/representantes legais

Escritura de Constituição e Certidão Permanente, se sociedade

Currículo Vitae e Certificado de Habilitações

Registo de Exploração Agrícola no SIP

Início de atividade e alterações

Balço e Demonstração de Resultados; Modelo 22 do IRC; Modelo IRS; IES, do ultimo ano entregue, quando aplicável

Comprovativo titularidade posse imóvel: certidão CRP, contrato aluguer ou cedência, declaração domínio público

Projetos (Arquitetura; viabilidade económico financeira; tecnicos) e Licenças (Utilização; Utilização para fins turísticos; Laboração; para atividades animação turística; outros), quando aplicável

Declarações não dívida Segurança Social e Finanças

Pareceres vinculativos emitidos pelas insituições competentes (DRT, DRA, DRSS, DRRH, DRC, Câmaras Municipais ou outros), quando aplicável

3 orçamentos de empresas habilitadas, para cada investimento

Folhas Remunerações Segurança Social, dos ultimos 3 meses

Comprovativo de IBAN

MICRO OU PEQUENA EMPRESA

Cartão Cidadão e NIF beneficiário/representantes legais

Escritura de Constituição e Certidão Permanente, se sociedade

Currículo Vitae e Certificado de Habilitações

Certificado de PME emitido pelo IAPMEI

Início de atividade e alterações

Balanço e Demonstração de Resultados; Modelo 22 do IRC; Modelo IRS; IES, do ultimo ano entregue, quando aplicável

Comprovativo titularidade posse imóvel: certidão CRP, contrato aluguer ou cedência, declaração domínio público

Projetos (Arquitetura; viabilidade económico financeira; tecnicos) e Licenças (Utilização; Utilização para fins turísticos; Laboração; para atividades animação turística; outros), quando aplicável

Declarações não dívida Segurança Social e Finanças

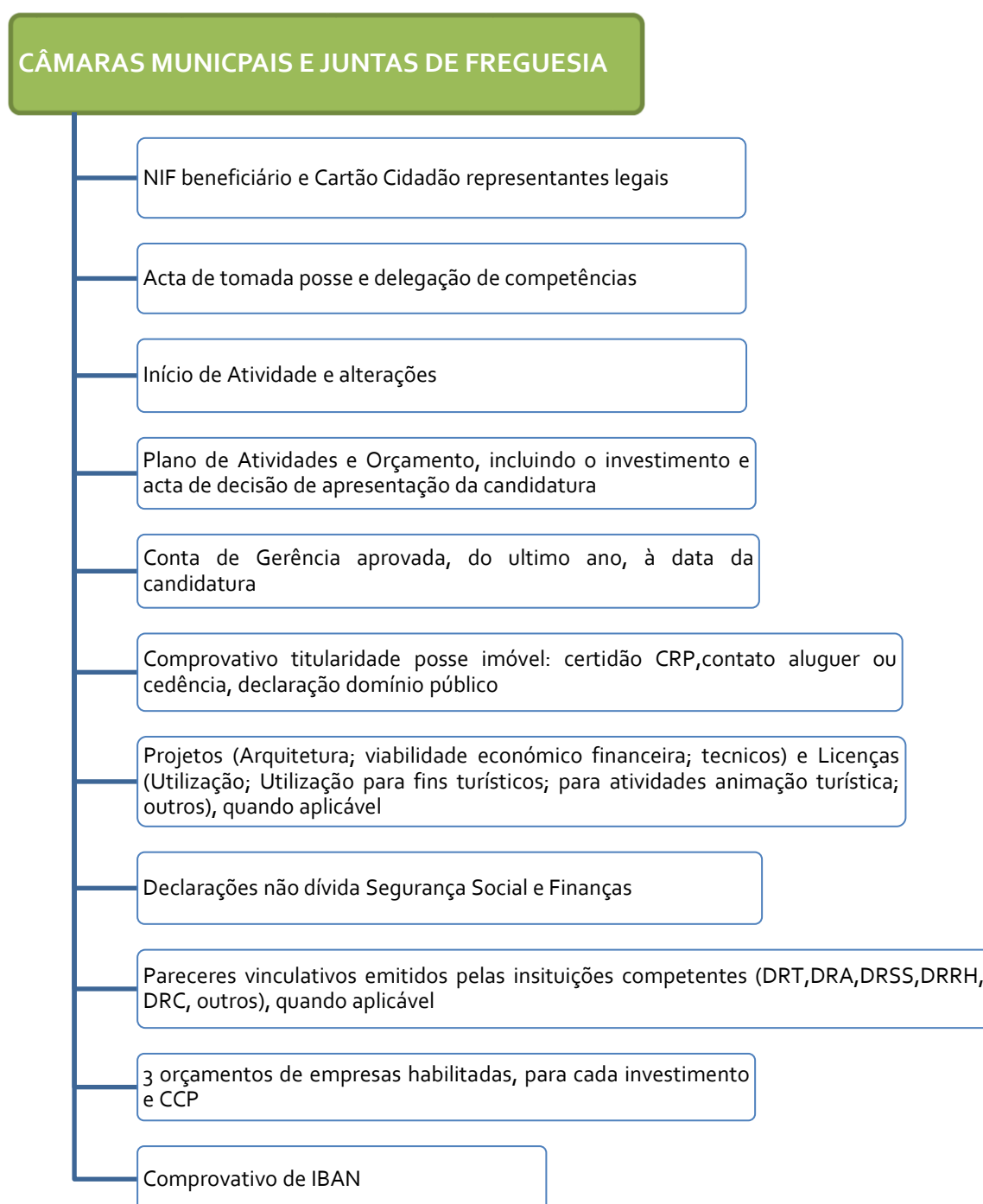
Pareceres vinculativos emitidos pelas insituições competentes (DRT, DRA, DRSS, DRRH, DRC, Câmaras Municipais ou outros), quando aplicável

3 orçamentos de empresas habilitadas, para cada investimento

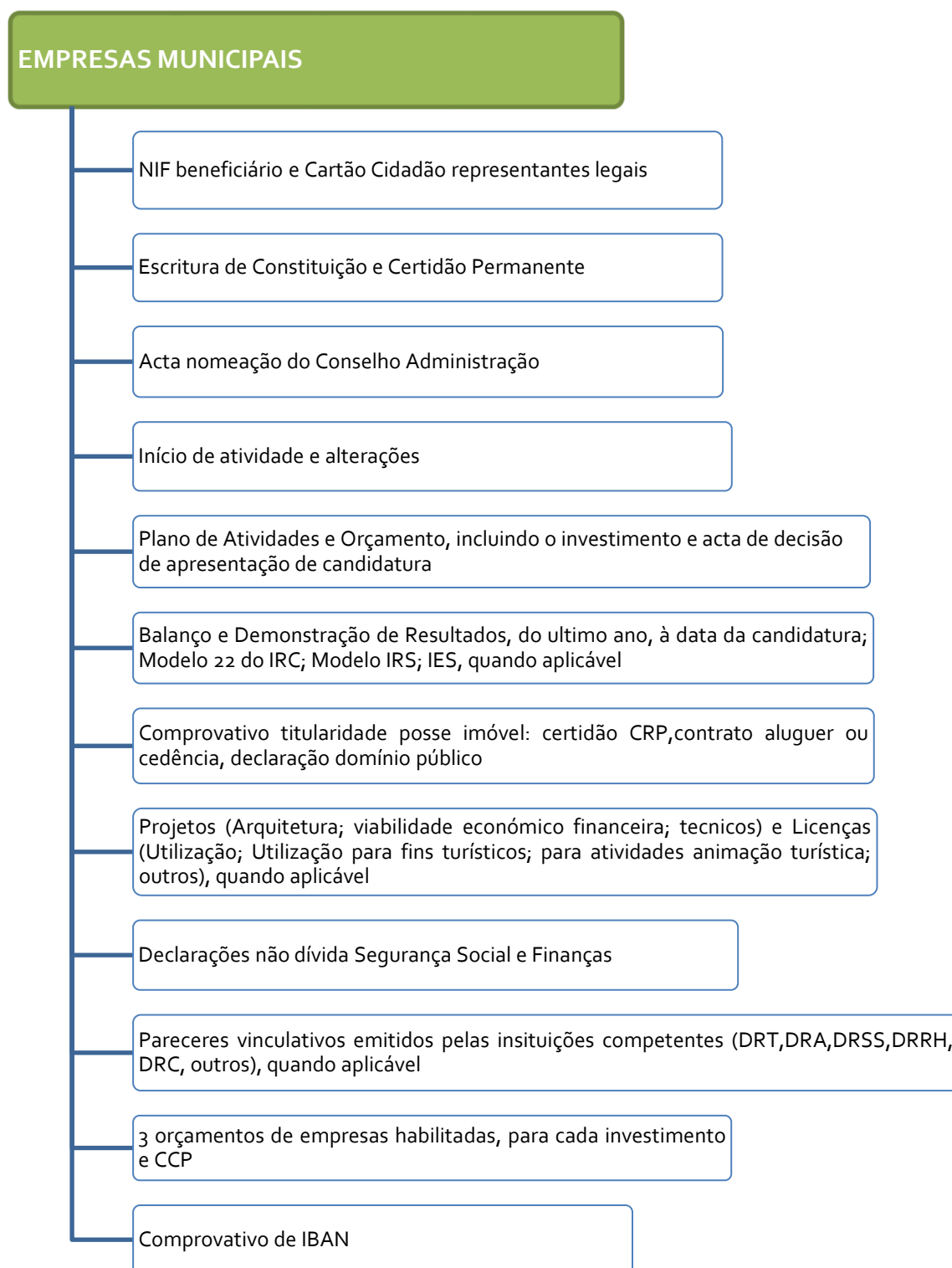
Folhas Remunerações Segurança Social, dos ultimos 3 meses

Comprovativo de IBAN

5.2. INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia

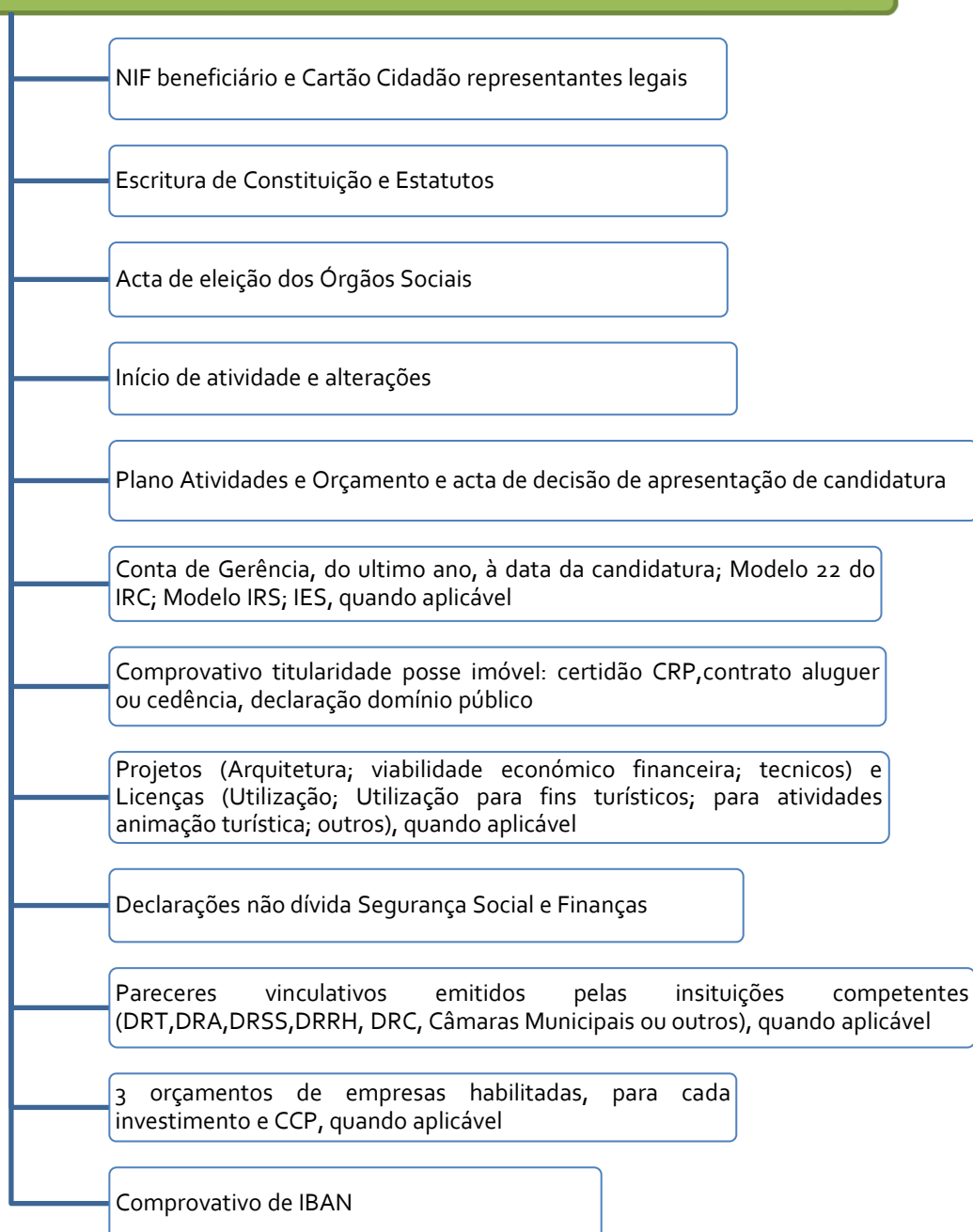


5.2.INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia



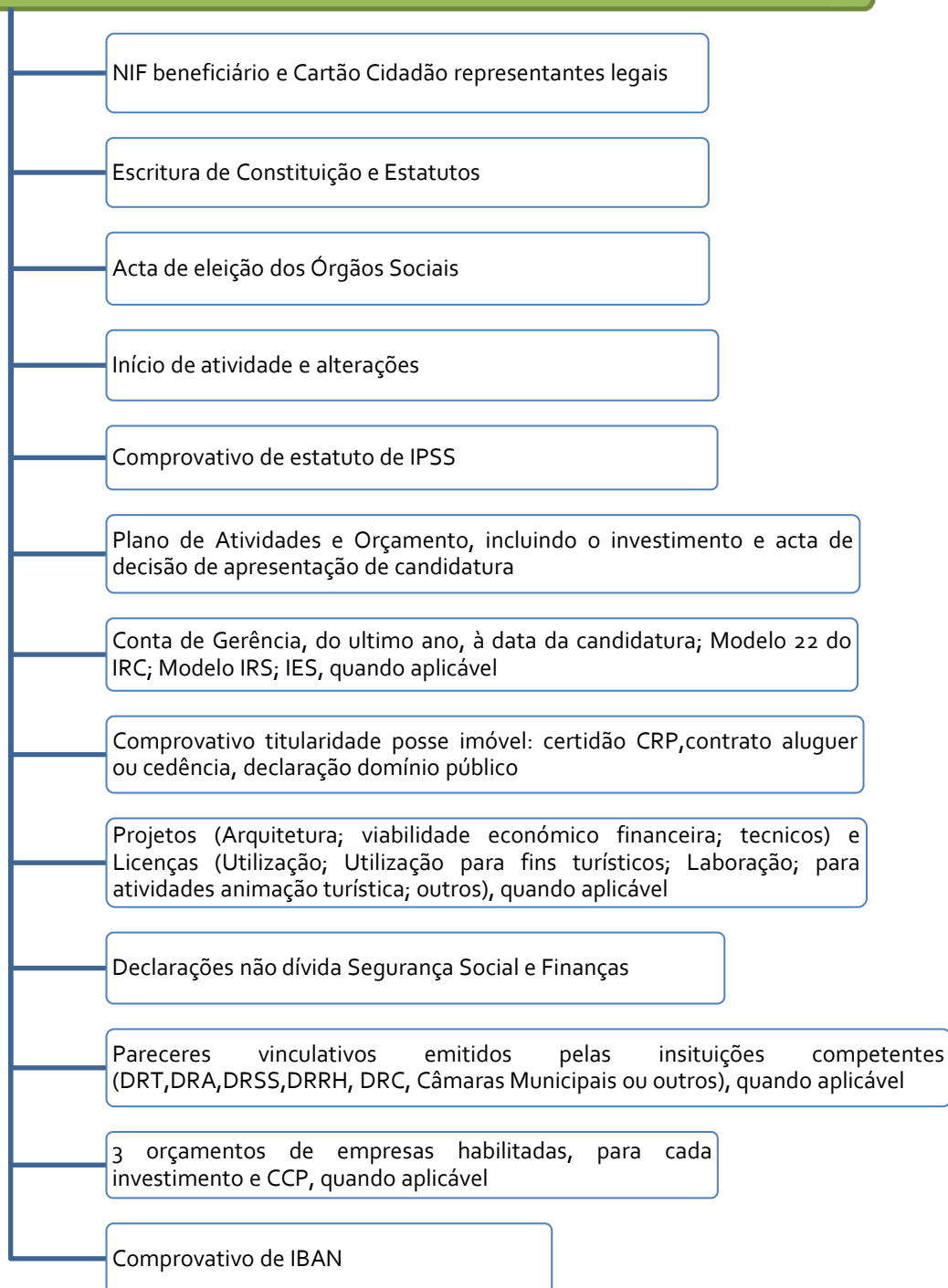
5.2. INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia

ENTIDADES COLETIVAS DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS

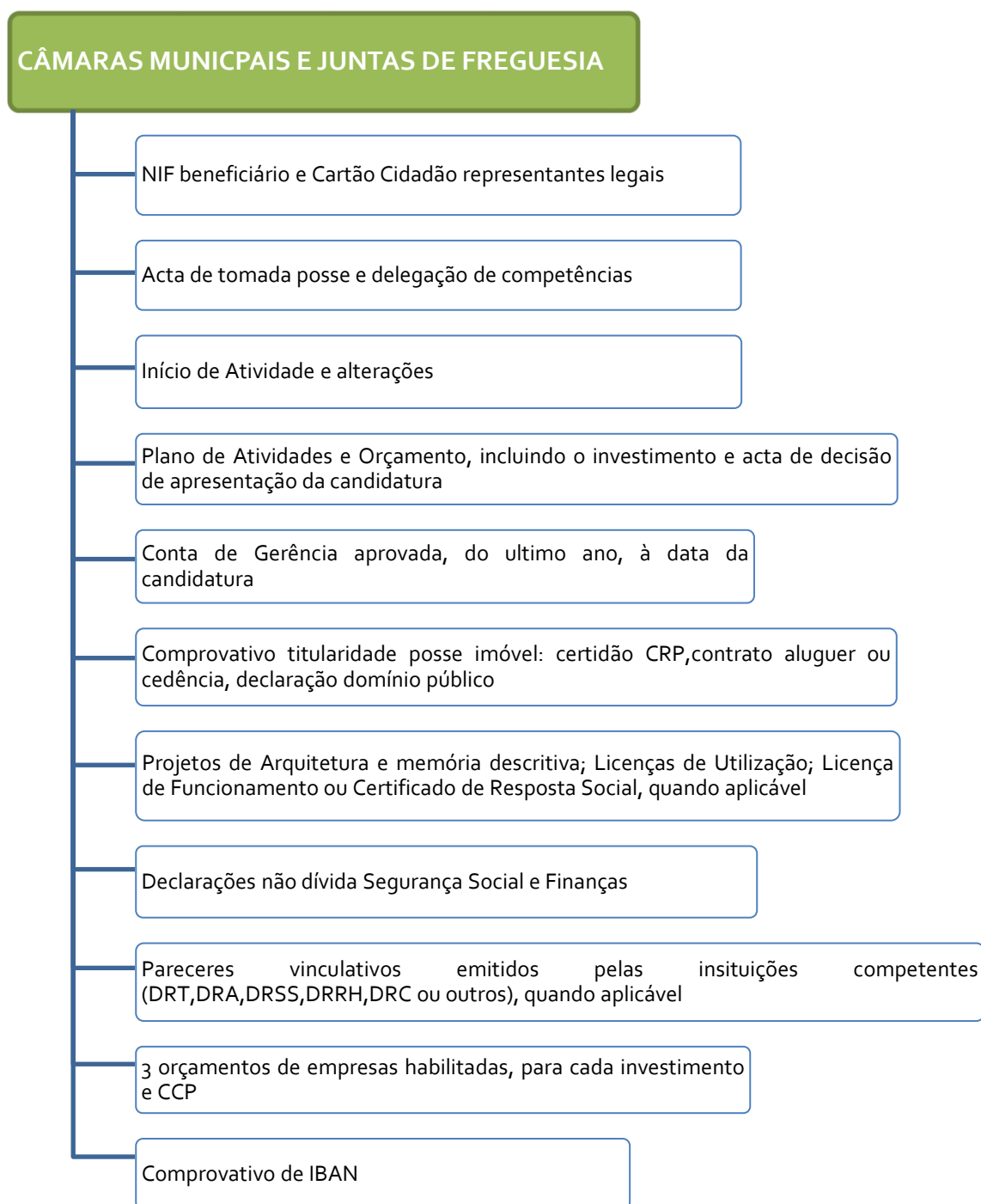


5.2. INTERVENÇÃO 7.2 – Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia da Energia

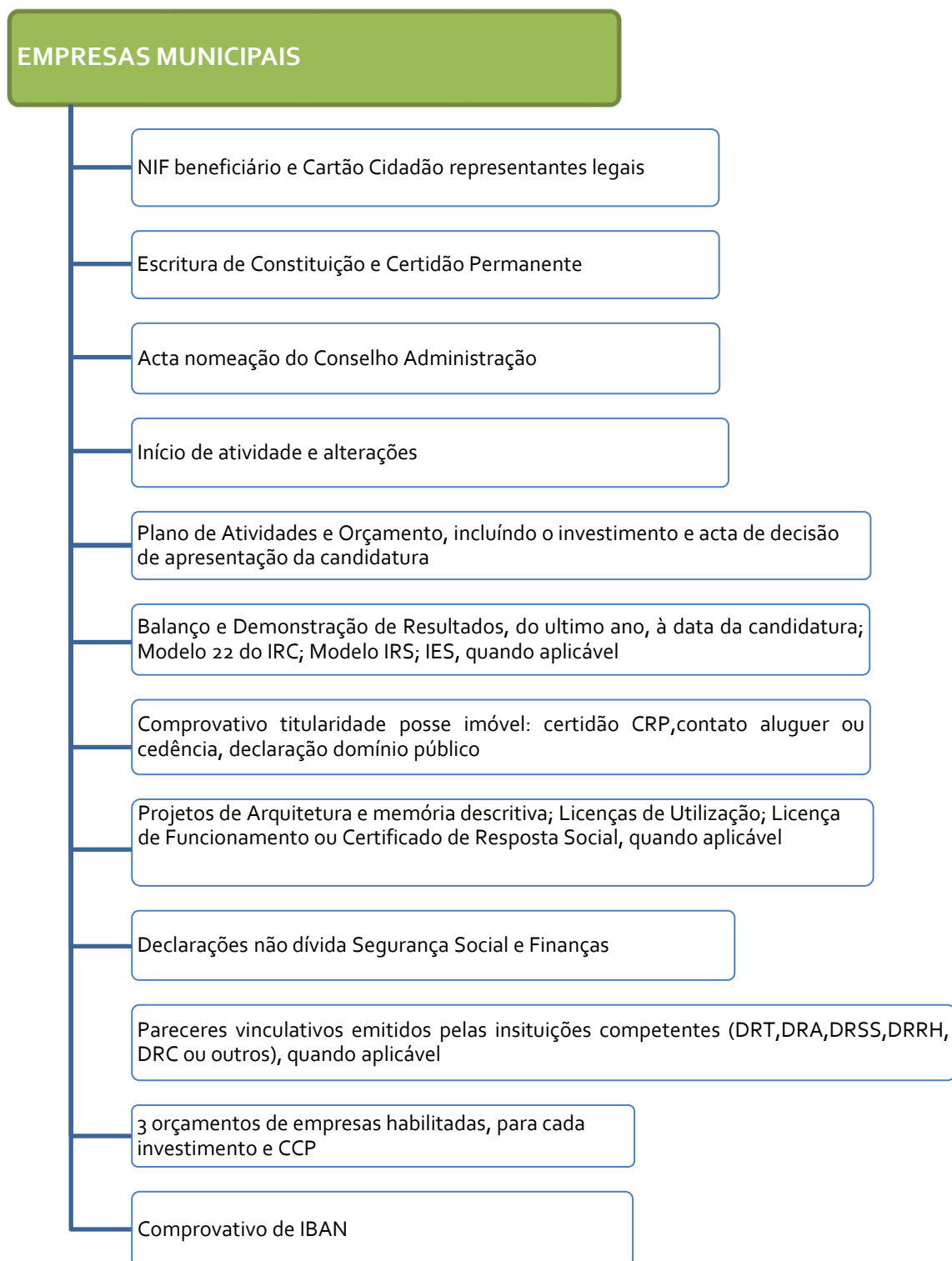
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES LEGALMENTE EQUIPARADAS



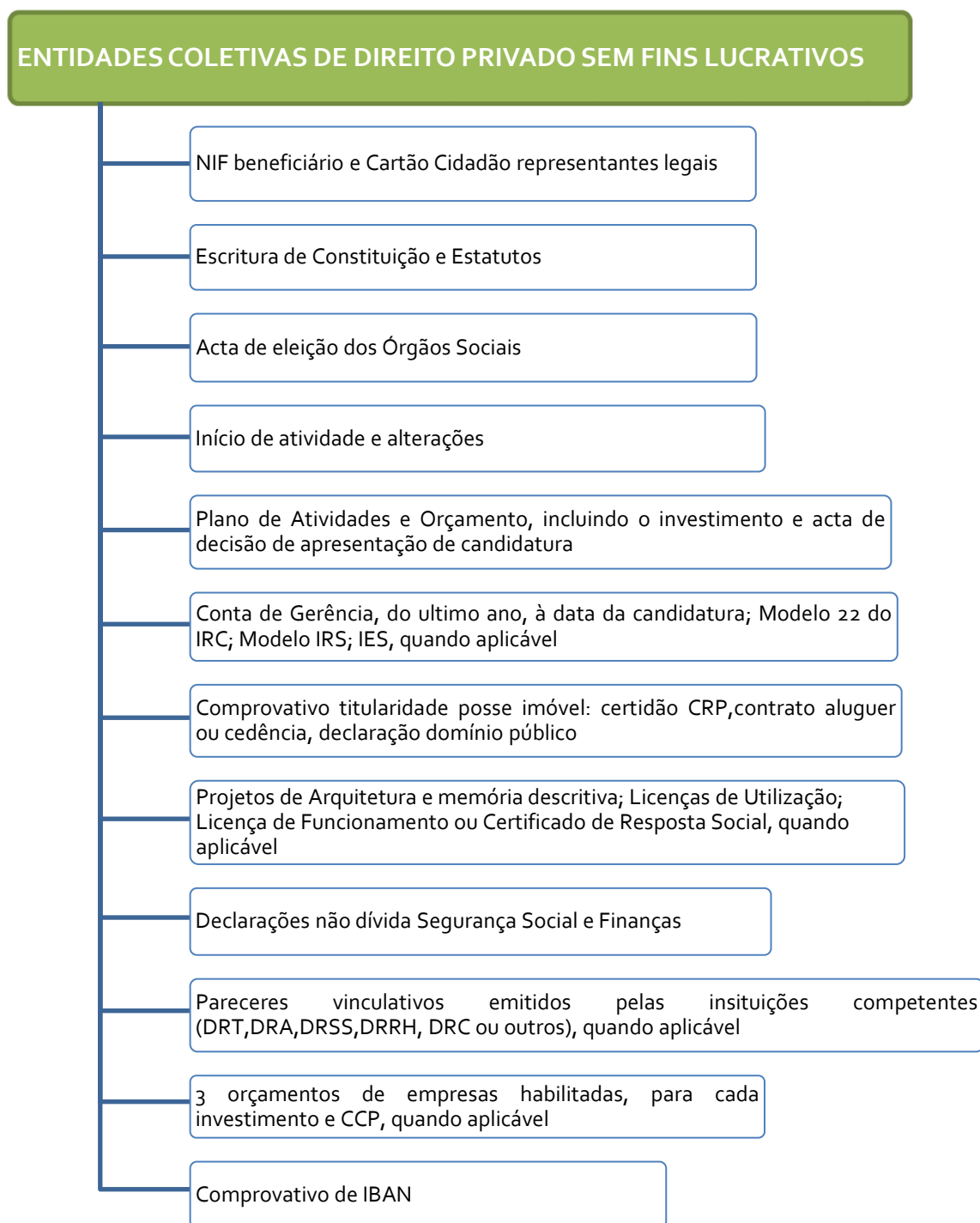
5.3. INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais



5.3. INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais



5.3.INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais



5.3.INTERVENÇÃO 7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES LEGALMENTE EQUIPARADAS

NIF beneficiário e Cartão Cidadão representantes legais

Escritura de Constituição e Estatutos

Acta de eleição dos Órgãos Sociais

Início de atividade e alterações

Comprovativo de estatuto de IPSS

Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o investimento e acta de decisão de apresentação da candidatura

Conta de Gerência, do ultimo ano, à data da candidatura; Modelo 22 do IRC; Modelo IRS; IES, quando aplicável

Comprovativo titularidade posse imóvel: certidão CRP, contrato aluguer ou cedência, declaração domínio público

Projetos de Arquitetura e memória descritiva; Licenças de Utilização; Licença de Funcionamento ou Certificado de Resposta Social, quando aplicável

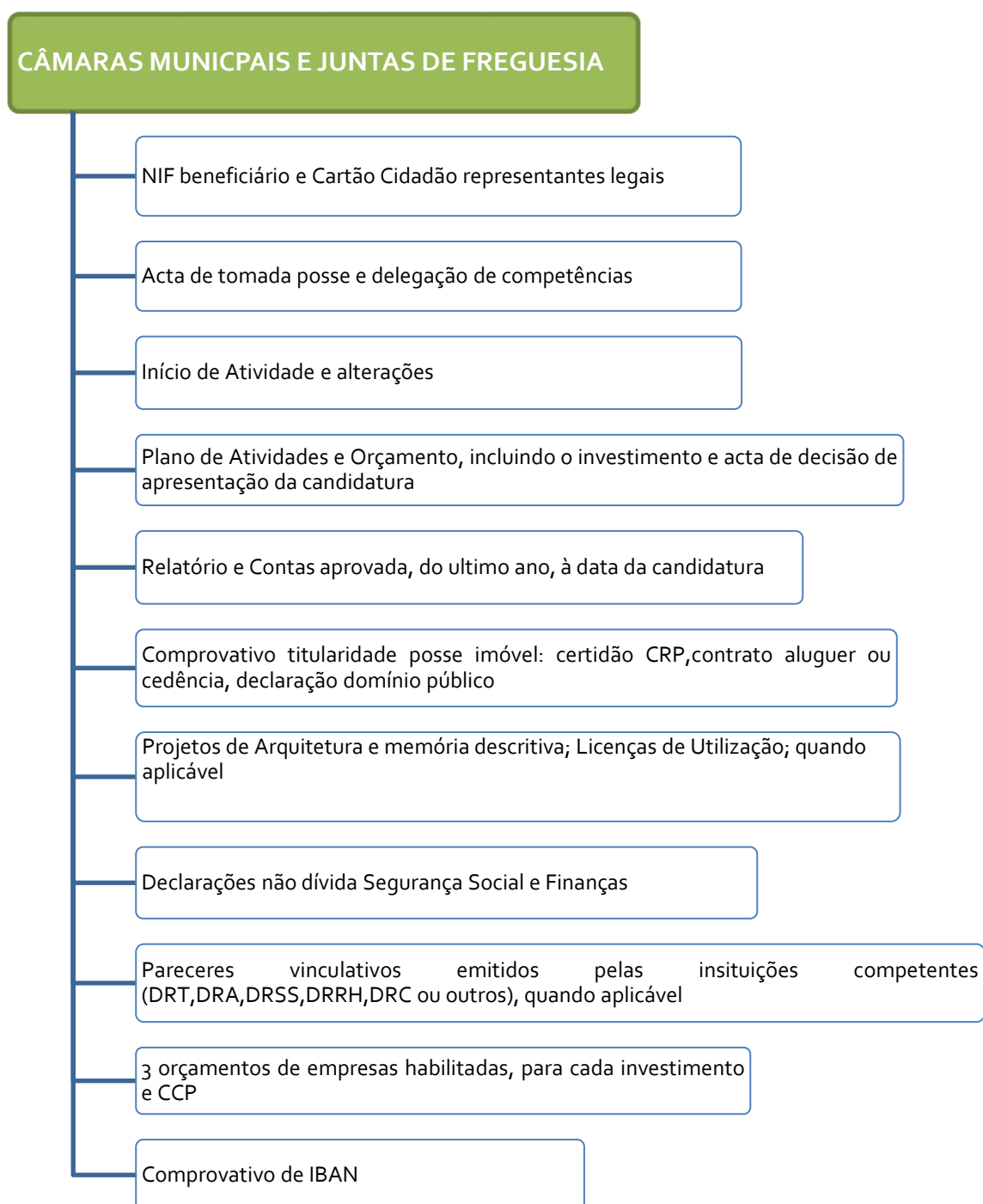
Declarações não dívida Segurança Social e Finanças

Pareceres vinculativos emitidos pelas instituições competentes (DRT,DRA,DRSS,DRRH,DRC ou outros), quando aplicável

3 orçamentos de empresas habilitadas, para cada investimento e CCP, quando aplicável

Comprovativo de IBAN

5.4.INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas



5.4.INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas

EMPRESAS MUNICIPAIS

NIF beneficiário e Cartão Cidadão representantes legais

Escritura de Constituição e Certidão Permanente

Acta nomeação do Conselho Administração

Início de atividade e alterações

Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o investimento e acta de decisão de apresentação da candidatura

Balanco e Demonstração de Resultados, do ultimo ano, à data da candidatura; Modelo 22 do IRC; Modelo IRS; IES, quando aplicável

Comprovativo titularidade posse imóvel: certidão CRP, contrato aluguer ou cedência, declaração domínio público

Projetos de Arquitetura e memória descritiva; Licenças de Utilização; quando aplicável

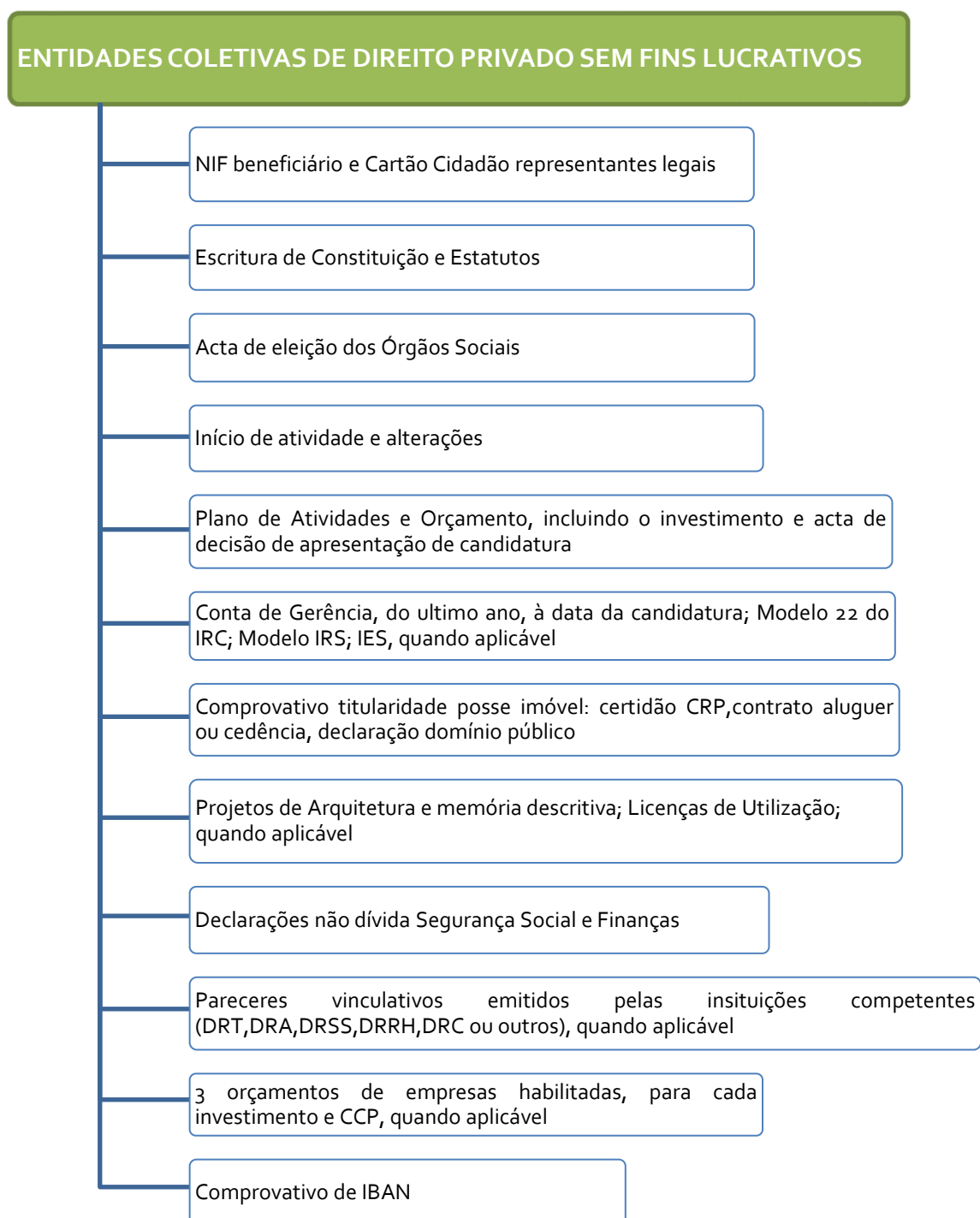
Declarações não dívida Segurança Social e Finanças

Pareceres vinculativos emitidos pelas instituições competentes (DRT,DRA,DRSS,DRRH,DRC ou outros), quando aplicável

3 orçamentos de empresas habilitadas, para cada investimento e CCP

Comprovativo de IBAN

5.4.INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas



5.4.INTERVENÇÃO 7.5 – Investimento em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES LEGALMENTE EQUIPARADAS

NIF beneficiário e Cartão Cidadão representantes legais

Escritura de Constituição e Estatutos

Acta de eleição dos Órgãos Sociais

Início de atividade e alterações

Comprovativo de estatuto de IPSS

Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o investimento e acta de decisão de apresentação de candidatura

Conta de Gerência, do ultimo ano, à data da candidatura; Modelo 22 do IRC; Modelo IRS; IES, quando aplicável

Comprovativo titularidade posse imóvel: certidão CRP, contrato aluguer ou cedência, declaração domínio público

Projetos de Arquitetura e memória descritiva; Licenças de Utilização; quando aplicável

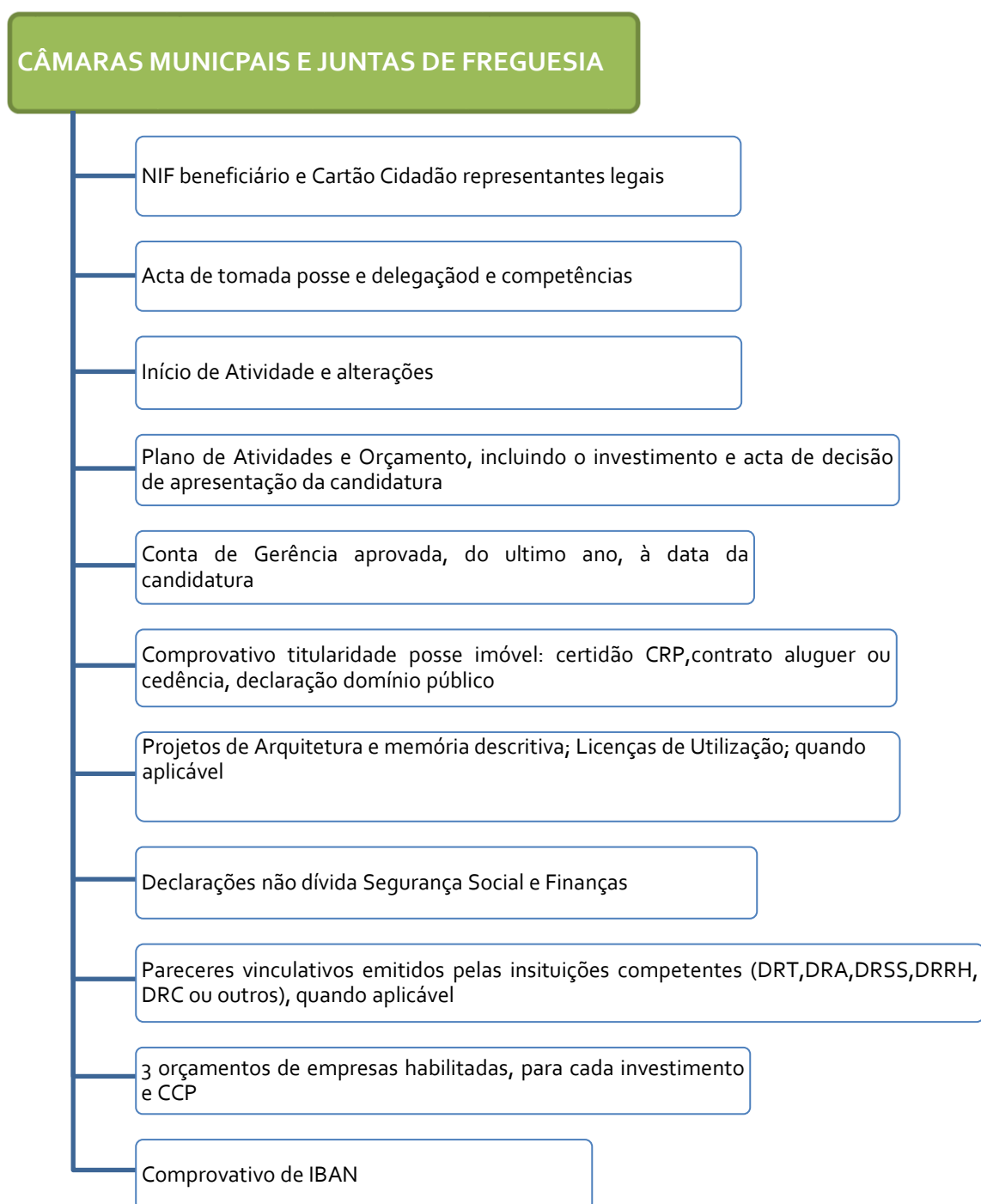
Declarações não dívida Segurança Social e Finanças

Pareceres vinculativos emitidos pelas instituições competentes (DRT,DRA,DRSS,DRRH,DRC ou outros), quando aplicável

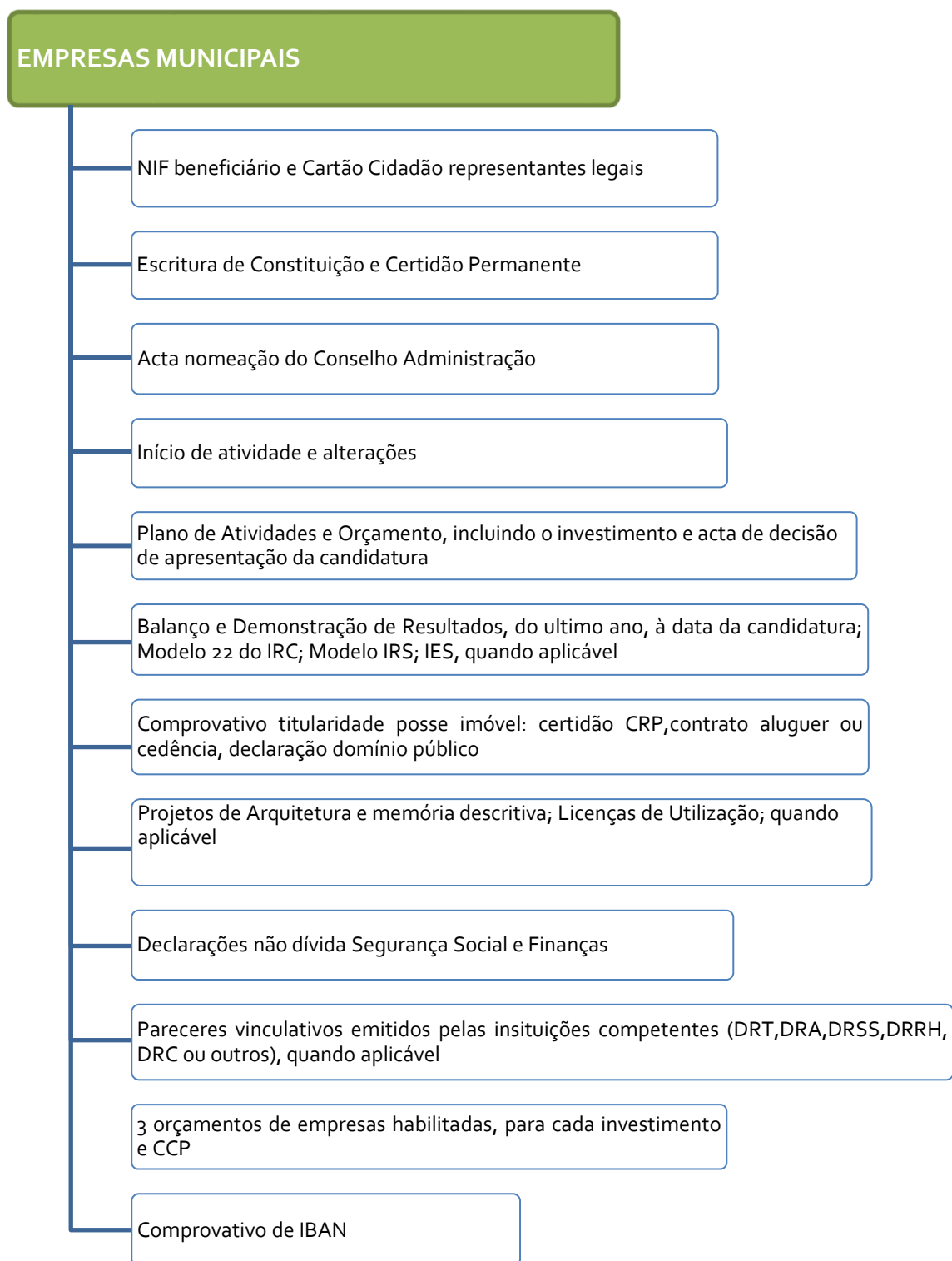
3 orçamentos de empresas habilitadas, para cada investimento e CCP, quando aplicável

Comprovativo de IBAN

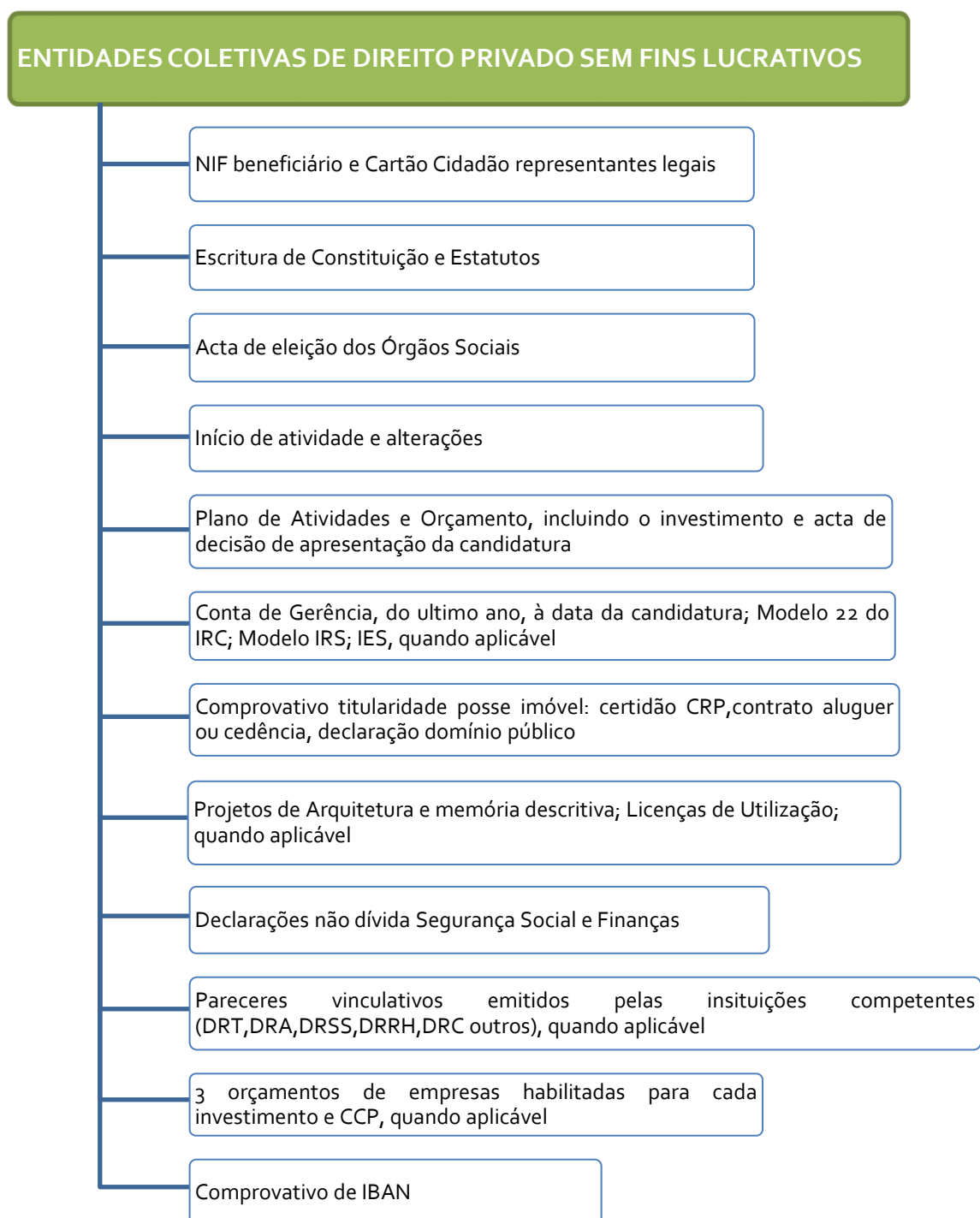
5.5.INTERVENÇÃO 7.6 – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental



5.5.INTERVENÇÃO 7.6 – Investimento associado ao Património Cultural e Natural e Ações de Sensibilização Ambiental

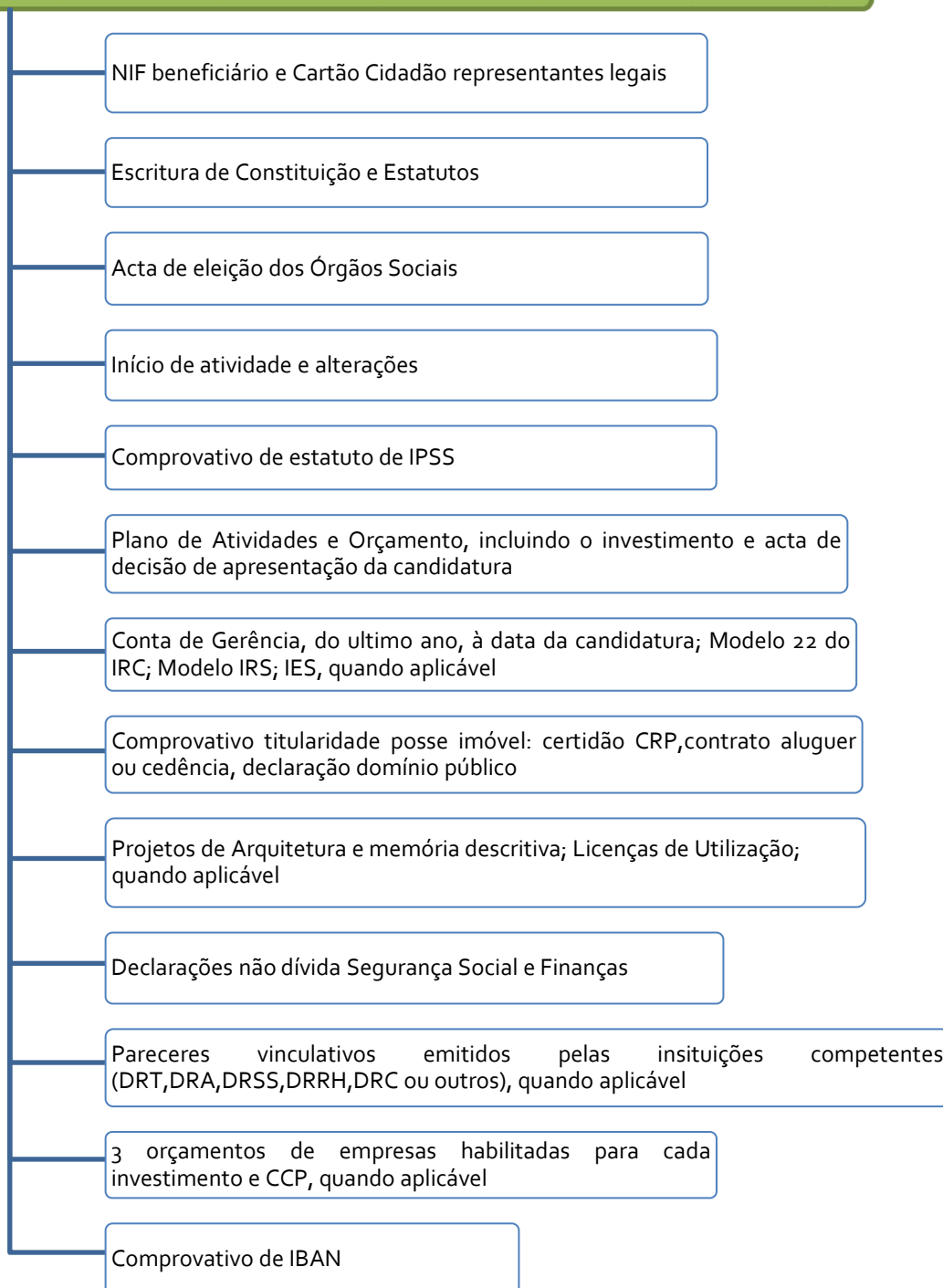


5.5.INTERVENÇÃO 7.6 – Investimento associado ao Património Cultural e natural e Ações de Sensibilização Ambiental



5.5.INTERVENÇÃO 7.6. – Investimento associado ao Património Cultural e natural e Ações de Sensibilização Ambiental

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES LEGALMENTE EQUIPARADAS



6. OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários dos pedidos de apoio da Medida 19.2 do PRORURAL+ devem cumprir e assegurar as seguintes obrigações:

- a) Permitir, por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais o acesso aos locais de realização da operação, e àqueles onde se encontrem os elementos e os documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação aprovada;
- b) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração e encerramento do PRORURAL+, consoante a fase em que o encerramento da operação tenha sido incluído;
- d) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação, durante o prazo referido na alínea anterior;
- e) Proceder à publicitação dos apoios que lhes foram atribuídos, até à data de apresentação do primeiro pedido de pagamento, nos termos da legislação comunitária aplicável e das orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do PRORURAL+, adiante designada por Autoridade de Gestão;
- f) Garantir que todos os pagamentos e recebimentos referentes à operação são efetuados através de conta bancária única, ainda que não exclusiva, do beneficiário, exceto em situações devidamente justificadas;
- g) Proceder à reposição dos montantes de correção financeira decididos pelas entidades competentes, nos termos definidos pelas mesmas e que constam da notificação formal da constituição de dívida;
- h) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas

relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;

- i) Não afetar a outras finalidades, não alocar, não alienar ou de qualquer outra forma onerar os bens e serviços cofinanciados no âmbito da operação, sem prévia autorização da Autoridade de Gestão, até perfazer cinco anos, contados a partir da data de liquidação do último pedido de pagamento;
- j) Os beneficiários da intervenção 6.4 ficam ainda obrigados a demonstrar que efetuaram a devida divulgação, no caso de investimentos em empreendimentos turísticos. Para o efeito devem apresentar evidências da divulgação até ao terceiro ano, a contar da data da submissão do termo de aceitação.

7. PROCESSO DE ANÁLISE

A apreciação do pedido de apoio, tomada de decisão final pelo GAL e comunicação da lista de aprovações pela Autoridade de Gestão deve ser efetuada no prazo de 60 dias úteis. No caso de pedido de elementos, este prazo pode ser prorrogado por mais 40 dias úteis.

O processo de análise dos pedidos de apoio tem início, a partir do primeiro dia útil após o fecho do concurso. Os pedidos serão analisados pela ordem de entrada no sistema eletrónico de submissão de candidaturas **GestPDR**.

O processo de análise dos pedidos de apoio inicia-se com a elaboração de Ficha de Verificação/Acompanhamento de Projeto, pelo técnico da Estrutura Técnica Local (ETL), afeto à ilha de implementação da operação, para constatação das pré existências, quando aplicável.

O processo de análise dos pedidos de apoio prossegue, pela Estrutura Técnica, na sede, com o controlo das condições de admissibilidade do beneficiário, controlo de elegibilidades do pedido de apoio e o controlo cruzado com outros sistemas de incentivo em vigor.

Deverão ser anexados, junto com o formulário, todos os documentos exigidos e enumerados no presente manual, por tipo de beneficiário e tipo de pedido de apoio.

Os pedidos de apoio, que se encontrem devidamente instruídos, com a documentação necessária à sua correta análise serão analisados pela ETL, na sede, em colaboração com os Gabinetes Locais, elaborando para o efeito o Parecer Técnico.

Todos os documentos ou pareceres em falta, serão solicitados ao beneficiário, pela Estrutura Técnica Local, em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo, uma única vez, devendo os mesmos ser entregues pelo beneficiário no prazo máximo estipulado, a contar da data da receção do e-mail.

Após a análise técnica efetuada, aos pedidos de apoio, entrados ao abrigo do concurso em vigor, serão aplicados os respetivos Critérios de Seleção, para posterior hierarquização dos pedidos de apoio, por intervenção, por ordem decrescente. Em caso de empate serão aplicados os Critérios de Desempate, por intervenção.

Para efeitos de Critérios de Seleção e para a avaliação dos pedidos de apoio foi definido um procedimento de análise consubstanciado na seguinte equação:

$$\text{PF} = 0,40A + 0,40B + 0,20C$$

Em que:

PF – Pontuação Final

Componentes:

A – Enquadramento na EDL

B – Análise Técnica

C – Análise Social/Cultural

Os pedidos de apoio serão avaliados tendo por base três componentes, a saber: Enquadramento na EDL, Análise Técnica e Análise Social/Cultural.

Cada componente contribui para a Pontuação Final do projeto de acordo com a ponderação definida na equação supra apresentada. A Pontuação Final máxima é 100. A pontuação mínima passível de ser atribuída para efeitos de integrar a lista de eventuais aprovações é 50.

Para cada intervenção da Medida 19.2 do PRORURAL+, serão avaliadas as componentes que determinam a Pontuação Final do projeto, sendo que, a cada intervenção, são aplicados Critérios de Seleção, no âmbito dos quais estão definidos vetores específicos, cuja ponderação influi na pontuação das várias componentes, determinando assim, a Pontuação Final.

Em caso de empate entre os valores absolutos da pontuação final, dos pedidos de apoio, rececionados ao abrigo de cada concurso, será utilizado um procedimento de valores relativos para efeitos de desempate.

Assim, e por intervenção, será considerado para efeitos de desempate, o primeiro, segundo e terceiro critérios de seleção, de maior contributo ponderado, para a pontuação final em ordem decrescente. Se necessário, e em caso de manter-se empate, o desempate será aferido pela hora de submissão da candidatura no Gestpdr.

Não será tido em conta, para efeitos de desempate, o critério de seleção denominado "Conformidade com a EDL".

No caso de um pedido de apoio não ser aprovado por indisponibilidade orçamental da intervenção, no âmbito do concurso em vigor, o mesmo pedido de apoio poderá transitar para os concursos seguintes, até ao máximo total de 2 concursos, com aplicação do mesmo procedimento de análise e seleção.

8. PROCESSO DE DECISÃO

Cabe ao Órgão de Decisão da ADELIAÇOR, a Direção, deliberar sobre a concessão de incentivos. Os pedidos de apoio são aprovados por maioria simples, tendo o Presidente da Direção ou quem o substituir, voto de qualidade.

Os pedidos de apoio são objeto de decisão pela Direção da ADELIAÇOR, em função do orçamento disponível por concurso e para cada Intervenção, do Parecer Técnico emitido pela Estrutura Técnica Local e da pontuação obtida com a aplicação dos Critérios de Seleção.

Para deliberar, a Direção poderá solicitar pareceres, informações e documentos adicionais, à Estrutura Técnica Local ou a qualquer entidade que considere conveniente, para fundamentar a sua decisão sobre o pedido de apoio.

A proposta de decisão da Direção constará da ata da reunião, na qual serão lavradas todas as alterações ou aditamentos à análise pela ETL.

Justificado pelo interesse em promover uma apreciação célere dos pedidos de apoio entrados, a análise técnica, a deliberação da Direção e a decisão final pela Autoridade de Gestão, serão realizadas no prazo máximo de 60 dias úteis a partir da data de fecho do concurso.

O prazo de tomada de decisão suspende-se sempre que forem solicitados novos documentos.

Em sede de audiência prévia, o beneficiário é informado, por escrito, por e mail, da proposta de decisão final. Findo o prazo, e caso o beneficiário apresente contraditório, o pedido de apoio pode ser objeto de reanálise, podendo ou não dar lugar a novo parecer técnico, seguido da aplicação dos critérios de seleção.

Os pedidos de apoio e a proposta de hierarquização final volta a ser objeto de deliberação da Direção para decisão final, que será comunicada à Autoridade de Gestão, a qual publicará a lista de aprovações final no portal do proruralmais.azores.gov.pt.

As decisões são notificadas aos beneficiários, pela ADELIAÇOR, no prazo máximo de 5 dias úteis após a data da aprovação.

As medidas de publicitação do apoio do PRORURAL, da responsabilidade do beneficiário, têm início logo após a aprovação do pedido de apoio, o que implica a divulgação do cofinanciamento do projeto em quaisquer comunicações sobre a operação e na colocação de placa de obras.

A aprovação de um novo pedido de apoio, por beneficiário, está condicionada à inexistência prévia de dois ou mais pedidos de apoio aprovados, sem execução física e financeira.

9. TERMO DE ACEITAÇÃO

A aceitação do apoio é efetuada mediante submissão eletrónica e autenticação do termo de aceitação, nos termos do artigo 11º do Decreto Lei nº 159/2014, de 27 de Outubro, de acordo com os procedimentos aprovados pelo IFAP, I.P e divulgados no respetivo portal, em www.ifap.pt.

O beneficiário dispõe de 30 dias úteis para a submissão eletrónica do termo de aceitação, a contar da data da notificação da decisão, sob pena de caducidade da decisão de aprovação do pedido de apoio, nos termos do nº2, do artigo 21º, do Decreto Lei nº159/2014, de 27 de Outubro, salvo motivo justificado não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

10. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

- A execução material das operações deve iniciar-se no prazo máximo de seis meses a contar da data da submissão do termo de aceitação e estar concluída, física e financeiramente, no prazo máximo de dois anos a contar da mesma data.
- Em casos excepcionais e devidamente justificados, a Autoridade de Gestão pode autorizar a prorrogação dos prazos estabelecidos no ponto anterior, não podendo o período de prorrogação total ser superior a dezoito meses.
- A execução das operações só pode ter início após a data de apresentação do pedido de apoio, com exceção dos pedidos de apoio imateriais, os quais só podem ocorrer após a submissão do termo de aceitação.
- Em derrogação do ponto anterior, as despesas gerais com honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, obtenção e licenças para construção e para o exercício da atividade, são elegíveis até seis meses antes da apresentação do pedido de apoio.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização da execução dos investimentos nas componentes física, técnica e financeira são assegurados, num primeiro nível, pela Estrutura Técnica Local ou serviços externos contratados para o efeito.

Sempre que surgem alterações ao tipo de investimento aprovado ou ao prazo de execução, o beneficiário deve apresentar uma exposição escrita ou um pedido de prorrogação/alteração de prazo ao Órgão de Decisão. O beneficiário será informado da decisão por escrito.

A Autoridade de Gestão, a Autoridade de Pagamento e a Comissão Europeia ou outras entidades por eles designados podem proceder a fiscalizações autónomas.

11.1. Controlos

Os pedidos de apoio são sujeitas a:

Controlos *in loco*, nos termos previstos nos Artigos 27º e 28º do Regulamento (UE) nº 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro, no Regulamento Delegado (UE) nº 809/2014, da Comissão, de 17 de Julho e demais legislação aplicável.

11.2. Reduções e Exclusões

- Os apoios previstos estão sujeitos às reduções e exclusões previstas no Regulamento (EU) nº 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro, no Regulamento Delegado (UE) nº 640/2014, da Comissão, de 11 de Março, no Regulamento de Execução (EU) nº 809/2014, da Comissão, de 17 de Julho e demais legislação aplicável.
- A aplicação de reduções e exclusões dos apoios concedidos ou a conceder, em caso de incumprimento das obrigações dos beneficiários, previstos nos Artigos 5º da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho e no Artigo 24º do Decreto Lei nº 159/2014, de 27 de Outubro, é efetuada de acordo com o previsto no Anexo VI da referida portaria.
- O incumprimento dos critérios de elegibilidade constitui fundamento suscetível de determinar a devolução da totalidade dos apoios recebidos.

- À recuperação dos montantes indevidamente recebidos, designadamente por incumprimento dos critérios de elegibilidade ou de obrigações dos beneficiários, aplica-se o disposto no artigo 7º do Regulamento de Execução (UE) nº809/2014, da Comissão, de 17 de Julho, no Artigo26º do Decreto Lei nº159/2014, de 27 de Outubro, no artigo 12º do Decreto Lei nº 195/2012, de 23 de Agosto e na demais legislação aplicável.